



5722 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT12 - Currículo

O lugar da sensibilização no currículo da Educação em Direitos Humanos: refletindo sobre a formação
Guilherme do Nascimento Pereira - UNESA - Universidade Estácio de Sá

Durante as leituras sobre Educação em Direitos Humanos (EDH), especialmente quando se trata de metodologias ou experiências, é comum haver referência ao termo *sensibilização*. Nem sempre há discussão específica acerca do que seria a sensibilização, apenas a menção da mesma como parte integrante da concepção de EDH abordada, geralmente associada à apresentação de um tema de forma aproximada ao interlocutor, intentando estabelecer algum nível de engajamento. Neste sentido, esta pesquisa busca aprofundar formas de compreender as experiências de vida enquanto *espaços momentos* de sensibilização para a EDH, tanto em formação inicial quanto em formação continuada. Tal perspectiva articula-se com a compreensão de currículo como espaço de produção de sentidos (LOPES e MACEDO, 2011) e, portanto, permeado por experiências individuais-coletivas.

Abraham Magendzo propõe uma estratégia metodológica para a EDH que denomina de *diseño problematizador* (MAGENDZO, DONOSO, 1992). Esta é uma proposta de atividade em grupo, de maneira que estudantes e professores, conjuntamente, discutam as questões postas e proponham alternativas, através da identificação dos conhecimentos e recursos disponíveis. Nesta estratégia pedagógica, há uma etapa denominada *momento diagnóstico*, na qual, a partir de três possibilidades (situações problemáticas da vida cotidiana, situações problemáticas do currículo manifesto, e situações problemáticas da cultura escolar), das quais possam emergir situações em conflito com os direitos humanos. Então, passa-se ao *momento de elaboração* e, por fim, ao *momento de alternativas de solução e de avaliação*. Note-se que o momento de diagnóstico busca situação do cotidiano escolar, de modo que seja algo familiar aos estudantes (que devem participar ativamente de tal escolha – postura que, além de ser democrática e participativa, assegura um grau maior de envolvimento na atividade), e, ao mesmo tempo, uma ocorrência que entre em conflito com os direitos humanos. Deste modo, constrói-se a possibilidade de aproximação dos diferentes campos dos direitos humanos através de vivências pessoais e coletivas.

No cenário das políticas públicas nacionais para a EDH no Brasil, por exemplo, o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH* (BRASIL, 2018), em suas concepções e princípios sobre a EDH não formal, diz que

A educação não formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de **sensibilização** e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano.

[...]

A **sensibilização** e conscientização das pessoas contribuem para que os conflitos interpessoais e cotidianos não se agravem. Além disso, eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação. (BRASIL, 2013, p. 36 e 37 – grifos nossos)

Note-se que a *sensibilização* está associada à *formação*, o que acontece em outros textos, indicando a relevância da mesma enquanto estratégia didática. E, em seguida, aparece como ação conjunta à conscientização, novamente apontando para uma alteração na forma de perceber situações, como o próprio fragmento indica.

Na terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o termo aparece 12 vezes, na maioria nas diferentes seções temáticas do documento, reforçando a necessidade da sensibilização para as causas específicas, como quando aponta a que juízes precisam passar por formação que os sensibilize para evitar atitudes discriminatórias na ocasião de casais homoafetivos moverem processos de adoção.

Especificamente sobre a EDH, Bosi considera que a sensibilização parte das experiências de vida desde a primeira infância, pontuando relações dicotômicas que vão sendo formadas, como *homem x mulher* e *pai x filho*, por exemplo. Para o autor, estas relações partem de um espaço familiar mais íntimo e vão se ampliando para contextos familiares maiores e, posteriormente, escolares. Tais compreensões de mundo que a criança constrói está embebida, também, do paradigma no qual ela está – no caso da discussão acerca dos direitos humanos, Bosi considera a sociedade burguesa, problematizando o papel do capitalismo como elemento que tende a oferecer à criança noções de mundo permeadas de disputa e competição, que são ainda mais reforçadas pelo que ele chama de egocentrismo infantil, uma fase de centralização da criança. Apesar de indicar explicitamente que a EDH pode ter início em qualquer etapa da vida, o autor reforça a ideia de que é melhor que isso se inicie o quanto antes, na “pré-escola e nos primeiros anos do primeiro grau”, de modo que a socialização esteja impregnada de solidariedade e integração.

Como dito, a sensibilização seria um momento de aproximação de uma determinada temática. O termo aparece quando Candau *et al.* (1995) indicam as oficinas pedagógicas como uma metodologia para a EDH na formação de professores.

Neste sentido, o desenvolvimento das oficinas se dá em quatro momentos.

No primeiro, pretende-se a sensibilização, oferecendo elementos que permitam uma aproximação à realidade latino-americana e, de modo particular, brasileira, provocando-se assim uma desestabilização cognitiva e afetiva em relação à maneira habitual dos jovens lerem a realidade, marcada, em geral, por uma visão parcial e ingênua. (CANDAU *et al.*, 1995, p. 18-19)

É explícita a necessidade de promover o que as autoras chamam de **desestabilização**, ou seja, um deslocamento de sentido que permita uma reflexão acerca do tema a ser discutido/trabalhado. Este movimento possibilita que sejam erigidos questionamentos que, dados os contextos sociais hegemônicos, de outra maneira não seriam feitos. A sensibilização seria um processo pelo qual a pessoa se aproxima de um ideal discursivo que, anteriormente, não estava posto em questão ou não era possível que ela concebesse como um problema.

Magendzo, Dueñas e Flowers (2014), em seu livro *Comprometidos com los derechos humanos: historias de vida de educadores*^[1], organizam textos de 25 educadores em direitos humanos ao redor do mundo^[2] que respondem a pergunta “*como, porque e quais tem sido as motivações pessoais que te tem levado a comprometer-se com a educação em direitos humanos?*” (tradução livre). A questão proposta por Magendzo, Dueñas e Flowers solicita que os respondentes, de forma autobiográfica, descrevam aspectos/situações de suas vidas que os fizeram se voltar à temática da EDH, ou seja, aspectos/situações de sensibilização, mas não somente isso – há um traço de continuidade e engajamento que indica o caráter processual desta mesma sensibilização.

Magendzo, Dueñas e Flowers (2014) consideram que, na EDH, narrar a própria história pode ser uma estratégia para compreendermos melhor nossas vinculações com a temática ao mesmo tempo em que socializar estas histórias cria vínculos e inspira outras pessoas a pensarem suas próprias posições e trajetórias. Além disso, o autor assinala que este é um exercício produtivo pois permite que se compreenda diferentes formas de se vincular a temática dos direitos humanos.

Dentre os relatos, ficou evidente que as experiências na infância e na adolescência configuram marcos nas narrativas sobre a vinculação com a EDH. Vera Candau, por exemplo, relata que aos 12 anos, sofreu uma queimadura na mão esquerda e, sendo canhota, teve que treinar a caligrafia usando a mão direita, pois a escola não permitiu que fizesse as avaliações oralmente. A autora diz que esta situação a marcou muito, além de ter compreendido uma característica sua como negativa, e considera que este é um exemplo de como o ambiente escolar tem dificuldade de lidar com a diferença. Outro momento da adolescência que Candau aponta está vinculado à pronúncia do seu nome, que não se fala com os fonemas da língua portuguesa, mas segundo a fonética francesa. À época, a autora relata sentir orgulho, uma vez que a sociedade brasileira valorizava a cultura europeia em detrimento de outras. Já adulta, quando estudou na Europa, Vera Candau relata ter sido necessário provar suas capacidades acadêmicas, já que consideravam que os brasileiros eram menos capazes e civilizados.

Percebemos, então, que as experiências de vida e contextos compõem o cenário que possibilitará ou não a aproximação de práticas de EDH (ou de qualquer outra temática). Contudo, novas experiências e possibilidades são possíveis. Quando o termo *sensibilização* aparece em documentos prescritivos ou em indicativos teórico-metodológicos para EDH, a intenção é reforçar a necessidade de criar experiências de deslocamento de sentido, aproximando os participantes da temática, tanto através de elementos atrativos, sejam eles físicos (oferecer um lanche aos participantes, por exemplo), ambientais (preparar o ambiente com cartazes ou música), ou interativos (como atividades coletivas que gerem engajamento), quanto elementos que emocionem ou incomodem (relatos de violações de direitos humanos, histórias de vida cativantes etc.). O campo afetivo não pode ser subestimado, uma vez que é elemento constitutivo da subjetividade.

“Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada”. (FREIRE, 1987, p.30)

Quando Paulo Freire indica a possibilidade de *humanizar* ou *desumanizar*, está apontando que os paradigmas sociais inferem desigualdades entre os seres a tal ponto de ser possível retirar a condição humana de alguém. A sensibilização, enquanto marca de um processo de subjetivação, oferece a possibilidade de perceber estes momentos de desumanização ou de humanização relativa e condicional, anteriormente ocultos sob brumas discursivas perpassadas por conceitos excludentes e hierarquizantes.

[1] Livro disponibilizado em formato digital para Kindle.

[2] Para a referida produção, participaram autores da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Israel, Itália, México, Noruega, Peru e Porto Rico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos – Terceira versão. Brasília: SEDH-MEC-MJUNESCO, 2010.

CANDAU, Vera Maria et al. *Oficinas pedagógicas de direitos humanos*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 64ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

MAGENDZO, A; DUEÑAS, C; FLOWERS, N. *Comprometidos con los Derechos Humanos: Historias de vida de educadores*. Livro Digital. 2014

MAGENDZO, A; DONOSO, P. *Diseño Curricular Problematizador en la enseñanza de los Derechos Humanos*. Cuadernos de Educación en y para los derechos humanos n.4. IIDH-PIIE. Santiago, Chile, 1992.